

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Ideologías e prácticas políticas no mst. Algumas questões teóricas.

Eliel Ribeiro Machado.

Cita:

Eliel Ribeiro Machado (2009). *Ideologías e práticas políticas no mst. Algumas questões teóricas*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2187>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/Rqh>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Ideologias e práticas políticas no mst

Algumas questões teóricas

Eliel Ribeiro Machado*

Resumo

Discute-se, fundamentalmente, as ideologias e práticas de classe do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, ao se confrontar de forma difusa com o capital, organiza-se em torno de demandas “emergenciais” que dizem respeito à sobrevivência física de seus integrantes. Como não pertence ao núcleo “duro” das relações capitalistas de produção, problematiza-se teoricamente quais as prováveis implicações políticas e ideológicas deste confronto para as lutas proletárias.

Palavras-chave: MST; ideologias e práticas de classes; proletariado tradicional.

Introdução

Quando observamos retrospectivamente as lutas sociais ocorridas nos anos 1990 e 2000, saltam aos olhos o protagonismo de alguns movimentos populares que enfrentaram governos eleitos em seus respectivos países contra a implantação das políticas neoliberais. Pode-se dizer que da Patagônia argentina à Selva Lacandona, no México, eclodiram lutas populares contra as antipopulares políticas liberalizantes. Detectamos pelo menos dois elementos mais comuns neste período: 1. Praticamente todos os países do subcontinente latino-americano aderiram ao receituário do Consenso de Washington que preconizava *estabilização* (de preços e das contas nacionais), *privatização* (dos meios de produção e das empresas estatais), *liberalização* (do comércio e fluxo de capitais), *desregulamentação* (da atividade privada) e *austeridade fiscal* (restrições aos gastos públicos) (Petras, 1998, p. 18); 2. Os principais opositores a àquele “Consenso” não foram os proletários tradicionais, por meio de seus sindicatos e partidos políticos, mas os chamados movimentos sociais, especialmente de base “camponesa”: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no Brasil, e o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) são os dois ícones dos protestos antineoliberais.¹ Por isso mesmo, propomo-nos a discutir, de um lado, quais as implicações políticas do refluxo do proletariado tradicional no conjunto dos protestos

contra a implantação daquelas políticas no Brasil e, do outro, o avanço de setores populares que não se confrontam diretamente com o capital.

Proletariado, classes populares e ideologias

Os movimentos populares que despontaram nos anos 1990 e 2000 têm uma base social relativamente heterogênea (subempregados ou desempregados urbanos e rurais e campesinato pobre) e pertencem, genericamente, às classes populares. Organizam-se, muitas vezes, a partir de conjunturas sociais, econômicas e políticas peculiares, que tornam suas demandas específicas (emprego, reforma agrária, reforma urbana etc.). Alguns deles associam a estes problemas questões étnicas (*cocaleros* bolivianos, zapatistas, indígenas equatorianos e peruanos etc.). As condições sociais draconianas nas quais estão submetidos os colocam praticamente no mesmo patamar de luta: reivindicam do Estado (e não exclusivamente do patrão) o atendimento de suas necessidades básicas. Só paralisam a produção de mercadoria quando trazem para as suas mobilizações o proletariado tradicional, organizado nos partidos e sindicatos. Caso contrário, o máximo que conseguem é paralisar a sua circulação, ao bloquearem estradas e vias de acesso.

Não obstante a relativa heterogeneidade social e política desses movimentos, é possível detectar alguns elementos ideológicos comuns entre eles. Em outras palavras: se as lutas operárias tradicionais, tão fortes ao longo do século XX, tinham uma relação com o capital parecida (produtores diretos de mercadoria), praticamente as mesmas formas de organização (sindicatos e partidos operários) e os mesmos objetivos (luta contra o capital), os “novos” deserdados do capital também se organizam de forma similar (decisões por assembleias, horizontalidade, ação direta, ocupações de terra e fábricas) e se voltam para o Estado, ao reivindicarem terra (reforma agrária), crédito (para o plantio ou produção) e trabalho (formação de cooperativas). Se as principais lutas operárias tradicionais ocorreram no “chão de fábrica”, as dos movimentos populares atuais ocorrem com as ocupações de terra e de fábricas, marchas, bloqueios de estradas etc. Estes movimentos, em geral, se apresentam anticapitalistas e socialistas.

A despeito do refluxo das lutas operárias do final do século XX para cá, o proletariado tradicional continua sendo aquele que se choca diretamente com o capital, sendo capaz, portanto, de paralisar a produção de mercadorias. Muito provavelmente perdeu força política nestes confrontos, seus sindicatos e partidos entraram em crise ideológica, mas, pela própria natureza da acumulação capitalista, permanece sendo o produtor direto de mais-valor. Por outro lado, seu lugar foi assumido pelos movimentos populares.

Ao colocarmos em voga a “atuação” política de setores pertencentes às classes populares, é preciso refinarmos teoricamente quem são os sujeitos que as compõem, todavia esta não é uma tarefa fácil, exatamente pela diversidade de sua composição social, política ideológica, pelo fato de nem todos se confrontarem diretamente com o capital.

Gramsci designa esses setores como componentes das classes subalternas e destaca que eles têm uma história desagregada e episódica (2002, p. 135). Não é muito difícil apreender alguns desses aspectos apontados nos atuais movimentos populares latino-americanos que, como dissemos, não são constituídos exclusivamente pelo proletariado tradicional. Não podemos negligenciar neste processo o papel do Estado burguês e de seus aparelhos (executivos, judiciários e policiais) em criminalizá-los. Embora tendam à unificação, mesmo provisória, as classes dominantes procuram impedir que isto ocorra, pois a união dos de baixo representa riscos à dominação dos de cima. Mais do que isso, a atuação destes movimentos ocorre nos limites “estabelecidos”

pelas classes dirigentes – para usar uma expressão gramsciana – e só podem ser ultrapassados quando as classes subalternas se tornarem “Estado” (Gramsci, 2002, pp. 139-140), ou seja, quando tomarem o poder.

Voltando-nos para a tentativa de refinamento dos sujeitos que compõem estes movimentos, especialmente os sem-terra, arriscamos a dizer que uma parte importante não é produtora direta de mais-valor: são os pequenos proprietários de terra

3

(campesinato pobre), pequenos lojistas (ambulantes) e pequenos consumidores urbanos, que, em tese, não exploram força de trabalho ou são, no máximo, patrões de si mesmos. Explicitemos um pouco melhor.

Estamos lidando, grosso modo, com “três” sujeitos que não se pode “fracionálos” sem correr riscos:

a) Os “subproletários” (urbanos): assalariados de baixa renda (“peões” da construção civil, bóias-frias etc.), autônomos de baixa renda (engraxates, vendedores de rua) e não-remunerados (pessoas que trabalham para os produtores simples de mercadoria). O que diferencia o proletariado do “subproletariado” é sua inserção mais ou menos regular no mercado de trabalho e nível salarial (Singer, 1981, pp. 128-133). Acrescentamos, por nossa conta, a falta de organização política e sindical, algo comum entre os trabalhadores “subproletarizados”.

b) Os “semiproletários” rurais: pertencentes ao campesinato pobre (sem-terra), “constitui, ao lado do proletariado propriamente dito, uma ampla força de trabalho a serviço do capital em seu processo de expansão” (Germer, 2002, p. 269). Ele é composto por produtores semi-autônomos, “pois a propriedade da terra e demais recursos produtivos que eventualmente possui, os obriga a recorrer ao trabalho assalariado, fora do seu pequeno estabelecimento, a fim de complementar a manutenção familiar. Assim, mais da metade deles não é proprietária da terra que trabalha (...)” (Germer, 2002, p. 271).

c) O proletariado tradicional: trata-se do operário moderno que, não tendo outro meio de sobrevivência, é obrigado a vender sua força de trabalho para o capital em troca de salário, conforme os termos definidos no *Manifesto do partido comunista*. Trata-se da única classe verdadeiramente revolucionária.

O surgimento do proletariado não eliminou a sobrevivência do “subproletariado” e do “semiproletariado”, além disso, quando organizados em movimentos, se apresentam como socialistas e lutam por transformação social.

Os camponeses pobres, ao reivindicarem uma melhor distribuição de terras (a reforma agrária), no fundo, reivindicam meios de produção, afinal, necessitam produzir para sobreviver. Organizados em cooperativas, produzem para o “mercado”, que os submete à sua lógica. Em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, Marx (s/d, p. 224) afirma que “sobre diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e particularmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes”. Em outras palavras: como lutar pelo socialismo e, ao mesmo tempo, reivindicar meios de produção, mesmo sob controle dos trabalhadores? Ao conquistarem a propriedade da terra, mesmo organizada em cooperativas, e ao se submeterem às leis de mercado, não passam a defendê-la e, com isso, “retroalimentam” algo que condenam sob o capitalismo (a propriedade privada)?

Há ainda outro aspecto a ser observado. Segundo Mouriaux (2002), esses setores populares organizam-se em torno dos movimentos de “urgência”, que são lutas para que as pessoas consigam sobreviver. É possível propor, grosso modo, a seguinte ilação: se,

de um lado, estabelecem lutas de “urgência”, que dizem respeito à própria sobrevivência física de seus componentes, de outro, o movimento proletário tradicional estabeleceu (e estabelece, mesmo que em menor escala), lutas “estruturais” que, do ponto de vista imediato, objetivam ultrapassar os limites da sobrevivência física de seus membros (Comuna de Paris/1871; Revolução Russa/1917; Revolução Cubana/1959; etc.), mas que não lograram êxito nos processos de transição ao socialismo. Resta-nos saber, entretanto, quais são as potencialidades dos movimentos de “urgência” para

4

ultrapassarem a luta pelas necessidades imediatas e ingressarem em lutas por mudanças “estruturais” (não significa dizer que as lutas de “urgência” estão completamente desprovidas de lutas por mudanças “estruturais”). Por sua vez, se concordarmos com Rudé (1982) que afirma que há um trânsito dialético entre consciência de classe e ideologias populares, quais são as potencialidades de as ideologias populares transformarem-se em consciência de classe em sujeitos que não se confrontam diretamente com o capital?

As ideologias populares são compostas por elementos “inerentes”, “derivados” e pelas “circunstâncias históricas”. Elas são impulsionadoras de lutas sociais: nos semterra, por exemplo, pode levá-los a lutar por reforma agrária, já que a ideologia popular estabelece a crença do seu direito à terra e ao trabalho. Evidentemente que elas, por si mesmas, não levam os trabalhadores à revolução, mas incita-os “a greves, motins por alimentos, rebeliões camponesas (...) e até mesmo a um estado de consciência da necessidade de mudança radical (...)” (Rudé, 1982, p. 30).

Se por si mesma elas não levam à revolução, o passo seguinte só pode ser dado se forem suplementadas pelos elementos “derivados”: as idéias políticas, filosóficas ou religiosas que, em diferentes graus de sofisticação, são absorvidas pela cultura mais especificamente *popular* (Rudé, 1982, p. 30). A consciência de classe é, última instância, a sofisticação científica das ideologias “derivadas”. Todavia, ambas só podem ser absorvidas se o terreno estiver preparado (as “circunstâncias e experiências históricas”): o elemento “inerente” é a base comum sobre a qual se desenvolve o elemento “derivado” em que as “circunstâncias e a experiência” concorrem como precipitadoras de processos revolucionários. Dessa maneira, não basta que as classes populares sejam portadoras de crenças “inerentes” ou “derivadas” se, sob determinadas circunstâncias revolucionárias, não forem impulsionadas a avançarem em direção à transformação social.

Mesmo parciais, o MST imprimiu derrotas políticas importantes à implementação do projeto neoliberal, nos anos 1990. Se levarmos em conta os três elementos que compõem a “ideologia popular”, ele ampliou suas bases de sustentação e empreendeu grandes mobilizações sociais, a despeito de toda a ofensiva política, ideológica e repressiva dos aparelhos policiais: basta lembrar, por exemplo, a Marcha dos 100 mil a Brasília, em 1997. Contra eles, ainda atuaram exemplarmente os grandes meios de comunicação televisivos e impressos. Mesmo assim, vários setores populares foram ganhos para as suas causas. Esses foram capazes politicamente de engendrar as próprias circunstâncias que impulsionaram o crescimento de suas mobilizações, num momento em que os governantes, sob a égide ideológica do “pensamento único”, afirmavam o fim da luta de classes, dos movimentos sociais contestatórios, dos sindicatos, partidos etc. Ao lado dos discursos conservadores, forte repressão policial aos que teimavam em “fazer luta de classes”.

Práticas de classe: igualitarismo, coletivismo (e o mercado?)

Os acampamentos e, principalmente, os assentamentos do MST vivem um grande dilema, crucial à sua própria sobrevivência política: organizar a produção em

bases coletivas e, ao mesmo tempo, produzir para o mercado capitalista. Pode-se contraargumentar que a produção está sob controle dos trabalhadores sem-terra. Mas e o mercado, não está sob controle do capital?

Para fazermos esta discussão, partimos do pressuposto de que há um elemento “comum” às lutas das classes subalternas contra os dominantes ao longo da história: trata-se das idéias igualitárias, antiproprietárias e antiestatais (Badiou & Balmés, 1976). Mariátegui (1975), por exemplo, detectou esses elementos no “comunismo incaico” dos índios peruanos de seu tempo. Para ele, tais elementos potencializavam uma possível aliança dos índios com o proletariado revolucionário, portador do “comunismo científico”.

No caso dos sem-terra, sabemos que se organizam, em geral, em bases horizontais (decisões tomadas em assembléias com participação de crianças, homens, mulheres e idosos; mandatos por delegação; igualdade de gênero, raça e cor; métodos antiburocratizadores para evitar a profissionalização dos dirigentes etc.), defendem práticas coletivas de produção e direcionam suas reivindicações para o Estado que, quando não consegue cooptá-los, procura inviabilizar economicamente os resultados de seus empreendimentos (as cooperativas).

Levantadas estas questões, passamos a examinar a contradição entre o “comunismo coletivista” dos sem-terra e a produção voltada para o “mercado”.

Quando comparamos a atuação política do proletariado “tradicional” com a do “subproletariado” e a do “semiproletariado”, do ponto de vista teórico e sob certo grau de abstração, deparamo-nos com o seguinte paradoxo: o proletariado “tradicional” não espera por uma reapropriação individual de parte da fábrica e da maquinaria, mas aspira a uma igualdade de consumidor para que todos tenham acesso à riqueza socialmente produzida, já que está integrado a um processo de trabalho altamente socializado. Trata-se de uma consciência pré-revolucionária. Já o “subproletariado”, mas principalmente o “semiproletariado”, luta pela repartição igualitária dos meios de produção (instrumentos de produção, terra), algo próprio das classes ligadas à pequena propriedade e à pequena produção.²

Boa parte dos principais sujeitos que se opuseram (e se opõem) à implantação do neoliberalismo na América Latina, encontra-se “fora” do núcleo “duro” das relações capitalistas de produção – o campesinato pobre – ou não tem força política suficiente para confrontá-lo, como é o caso do “subproletariado”. Qual é, então, o alcance de suas lutas, já que não podem paralisar o capital, ou seja, a produção de mais-valor?

O MST, ao empunhar a bandeira da reforma agrária, reivindica distribuição de terra sob o controle dos trabalhadores sem-terra. Isto é, reivindica meios de produção na medida em que sua base social “necessita” deles para sobreviver. Como parte da luta pelo acesso à terra, o movimento promove ocupações de latifúndios onde, em geral, participam milhares de famílias. Uma vez conquistada, inicia-se outro processo, o de produzir no assentamento que, muitas vezes, se “descola” dos embates políticos iniciais (acampamentos, marchas, ocupações de prédios públicos etc.) com o Estado burguês.³

Ora, a despeito de sabermos que o MST não tem força política para enfrentar a sua situação de classe pauperizada a não ser reivindicando terra para sobreviver, este acaba sendo um fator limitador da sua luta política e ideológica. Aquilo que serve como motor de organização do proletariado em classe – o questionamento jurídico-político da concentração da propriedade privada dos meios de produção em pouquíssimas mãos – perde força política quando se torna assentado, pois é obrigado a produzir para o “mercado” e, além disso, demonstrar a viabilidade econômica de suas cooperativas. O Estado burguês, por sua vez, procura inviabilizá-los de várias formas, sendo a mais comum ao dificultar a liberação de créditos para o plantio e cultivo.⁴

A luta do MST não está isenta do risco de transformá-los em pequenos proprietários rurais, daí o desafio do movimento em mudar os valores dos sujeitos envolvidos nessa luta.

Questões em aberto

Mesmo levando-se em conta que o MST empunha como bandeira ideológica a igualdade social, a propriedade coletiva da terra e posições antiestatais, em que medida a luta contra os latifúndios pode se transformar numa luta pelo socialismo, uma vez que ele está ligado à pequena propriedade? Por outro lado, se não se confronta diretamente com o capital, como pode chegar ao “comunismo moderno”, típico do proletariado industrial? E, por fim, uma vez que o proletariado industrial é o principal sujeito do “comunismo científico” defendido por Marx, cujos elementos sociais, políticos e ideológicos não são exatamente os mesmos do “igualitarismo coletivista” dos sem-terra – e nem poderiam sê-los – que potencialidade este sujeito tem para lutar pelo comunismo, uma vez que se encontra em refluxo?

Deparamo-nos com questões complexas e difíceis de responder. Mas intuímos que se o proletariado tradicional não voltar ao cenário político novamente, as tentativas de transição ao socialismo, qualquer que seja o entendimento disso, não lograrão efeito.

* Professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Londrina (UEL), coordenador do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), pesquisador Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) e membro do GT *Historia Reciente* do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Contato: elielmachado@ymail.com.

1 O EZLN, a 1º. de janeiro de 1993, de armas nas mãos, tomou a sede de vários municípios mexicanos, em protesto contra o acordo do governo do país que assinou o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e Canadá.

2 A inspiração teórica está em Saes (1998, pp. 145-172) e em Badiou & Balmès (1976).

3 Esta discussão está melhor sistematizada em Machado (1º. semestre 2007, pp. 139-153).

4 Um dos mecanismos mais “eficientes” do Estado burguês para isso é exercido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que adota um modelo de reforma agrária voltado para a propriedade familiar. O MST, por sua vez, tem como princípio básico o estímulo à cooperação e ao trabalho coletivo da terra.

Bibliografia

- BADIOU, A., & BALMÈS, F. (1976). *De l'idéologie*. Paris: Maspero.
- GERMER, C. (2002). Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: J. P.
- Stédile, *A questão agrária hoje* (pp. 259-284). Porto Alegre: UFRGS.
- GRAMSCI, A. (2002). *Cadernos do cárcere* (Vol. 5). Rio de Janeiro: Civilização
- Brasileira.
- MACHADO, E. (1o. semestre 2007). MST: dilemas políticos e ideológicos do acesso à
- terra. *ponto-e-vírgula*, pp. 139-153.
- MARIÁTEGUI, J. C. (1975). *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São
- Paulo: Alfa-Omega.
- MARX, K. (s/d). O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: K. Marx, & F. Engels. *Obras*
- *escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1988). *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global.
- MOURIAUX, R. (abril de 2002). A esquerda e a reanimação das lutas sociais na
- Europa. *Crítica Marxista* (14), pp. 150-170.
- PETRAS, J. (1998). *Na contramão do neoliberalismo*. São Paulo: Xamã.
- RUDÉ, G. (1982). *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SAES, D. (1998). *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH.
- SINGER, P. (1981). *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da*
- *renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.